

MINAS GERAIS - CADERNO 1

62.673 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão do Juízo de Direito da Comarca Pitangui, processo nº 0029200-74/2013 (13.014), designa Fernando Augusto Lopes Drummond Diniz, MASP 1.237.139-4 e João Vitor Gomes, MASP 1.168.411-5, ocupantes do cargo de Investigador de Polícia II, código IP-II, Nível I, para prestar serviços na Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e aos Portadores de Deficiência/DIOFV, com procedência da Delegacia de Polícia Civil de Papagaios/Para de Minas/7º Distrito.

Atos Assinados pelo Senhor Superintendente de Investigação e Polícia Judiciária

62.674 - no uso de suas atribuições, designa a pedido, nos termos do Artigo 38, inciso V, c/c Artigo 52, inciso I, da Lei Complementar 129, de 08 de novembro de 2013, André Luis Ferreira Guedes, MASP 1.242.956-9, Investigador de Polícia II, código IP-II, Nível I, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Pôrto de Foz/7ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Unidade Osmar/15º Departamento, procedente de Novo Cruzeiro

Academia de Polícia Civil
Divisão de Recrutamento e Seleção

Portaria nº 250/DRS/ACADEPOL/PCMG/2013

Concurso Público - Proveniente 2013/1
Perito Criminal - Edital 02/13

O Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, cumprindo decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0024-13/2584/13, convoca a candidata Dêlma Maria Dutra Lima, inscrição 019340-2, considerando apta na Avaliação Psicológica do Concurso Público, visando o Proveniente de vagas para o cargo de Perito Criminal, de caráter eliminatório, que serão realizados na Direção de Perícias Médicas (Rua Barbaçana, 473, quarto andar, Barro Preto, em Belo Horizonte/MG), dia 07 de janeiro de 2014, às 09 horas.

Para submeter-se aos Exames Biomédicos, o candidato deverá comparecer no dia, horário e local designados, munido do documento de identidade e dos exames laboratoriais e complementares necessários à sua eliminação do concurso.

Os Exames Laboratoriais a serem realizados, conforme item 9.8 do Edital 02/13, são:

- Exame ergonômico, com laudo;
- Electroencefalograma, com laudo do neurologista;
- Radiografia da tirax;
- Citologia de jejuno;
- Hemograma completo;
- Exame de urina;
- Exame de urina para Lues ou VDRL;
- Urina rotina;
- Audiometria tonal e vocal;
- Gama GT;
- Ureia e Creatinina.

Uma vez considerado apto, mediante parecer conclusivo, o candidato será, no ato, convocado e cientificado para se submeter aos Exames Biomédicos.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 2013.

Marco Antônio Monteiro de Castro
Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil

Portaria nº 251/DRS/ACADEPOL/PCMG/2013

Concurso Público - Proveniente 2013/1
Perito Criminal - Edital 02/13

O Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, cumprindo decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0024-13/25514-1, convoca a candidata Adailce Antunes Farias de Loredo, inscrição 01105-9, para a Avaliação Psicológica do Concurso Público para Perito Criminal, de caráter eliminatório, que será realizada em Belo Horizonte, no prédio "A" da Academia de Polícia Civil (Rua Oscar Niemeyer, 1, sala 200, Bairro Nova Gameleira), 1º piso, sala 316, no dia 06 de janeiro de 2014, segunda-feira, às 8 horas.

O candidato deverá comparecer ao local da Avaliação especificada nesta Portaria, com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para seu início.

O ingresso na ACADEPOL, só será permitido dentro do horário estabelecido, em candidato que portar documento oficial de identidade.

O candidato deverá trazer, ainda, caneta esferográfica (tinta azul ou preta) e 2 (duas) folhas pretas nº 2.

Conselha-se ao candidato que se apresente desacompanhado e alimentado, não ingerir bebidas alcoólicas e roupas confortáveis, exceto shorts, bermudas e camisas.

O candidato que deixar de comparecer à realização da Avaliação Psicológica no dia e horário determinados nesta Portaria, será eliminado do Concurso Público.

Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para a Avaliação Psicológica, nem reabertura desta lista dos horários e locais marcados para todos os candidatos convocados previamente no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 2013.

Marco Antônio Monteiro de Castro
Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil

Portaria nº 250/1997-1

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Coronel BM Silvio Antônio de Oliveira Melo

Expediente

DRH 5 - Ato nº 5.049/13 convocação para 3ª fase mediante determinação judicial. CTS-BM 2014. O Cel. BM DRH do CBMMG, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 12/2012, do concurso público para o Proveniente de vagas no Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militar do Quêbra de Praças Combatentes de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), para o ano de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais nº 236, de 21/02/12, e em cumprimento à determinação judicial proferida no procedimento ordinário nº 2559113-25/2013 (13.024), resolve: I - Convocar o candidato Matheus Petrus Moreira de Amorim para realizar a 3ª fase do concurso público para CTS-BM 2014, devendo o mesmo

se apresentar na data, hora e local determinados abaixo. Data: Hora; Local: Fim de 23/02/2013 - Seg, 13h; Pista de estacionamento da Academia de Polícia Militar, Rua Duas, nº 320, bairro Prado, Belo Horizonte/ (sessenta) minutos ao local determinado no item I, "a" alínea para todas as inscrições de 8 h e 10 do mesmo; "b" manter e devido cuidado com os objetos pessoais levados para as provas, considerando que a comissão aplicadora ficará responsável pela guarda dos mesmos; "c" estar em boas condições físicas e utilizando roupas adequadas para a atividade física. II - Esclarecer que: "a" não será fracionamento e acesso de acomodação de estacionamento no local; "b" o candidato deverá portar documento de identidade oficial, assim considerados aqueles previstos no item nº 6.1.8, do Edital nº 12/2012. BH, 20/12/13. Eusébio Alves Franco, Cel. BM DRH.

20.501978-1

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS

RATIFICAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O Secretário de Estado Adjunto de Governo, Sr. Marco F. Almeida Leão, RATIFICA O RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2013, em todos os seus termos, com fulcro no Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no inciso IV do artigo 1º da Resolução SIGOV Nº 201, de 05/07/2013, INFORMAÇÃO Nº 289/2013, NOTA JURÍDICA Nº 480/2013, INFORMAÇÃO Nº 510/2013, INFORMAÇÃO Nº 1490/2013 e o MEMORANDO-AUDSF/SFSGOV Nº 179/2013, para a contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, objetivando a prestação de serviços de MALOTE, que consiste em coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, em atendimento ao Licitatório de Representação do Governo do Estado de

Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 2013.

Marco F. Almeida Leão
Secretário de Estado Adjunto de Governo

Portaria nº 250/1997-1

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Coronel BM Silvio Antônio de Oliveira Melo

Expediente

DRH 5 - Ato nº 5.049/13 convocação para 3ª fase mediante determinação judicial. CTS-BM 2014. O Cel. BM DRH do CBMMG, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 12/2012, do concurso público para o Proveniente de vagas no Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militar do Quêbra de Praças Combatentes de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), para o ano de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais nº 236, de 21/02/12, e em cumprimento à determinação judicial proferida no procedimento ordinário nº 2559113-25/2013 (13.024), resolve: I - Convocar o candidato Matheus Petrus Moreira de Amorim para realizar a 3ª fase do concurso público para CTS-BM 2014, devendo o mesmo

se apresentar na data, hora e local determinados abaixo. Data: Hora; Local: Fim de 23/02/2013 - Seg, 13h; Pista de estacionamento da Academia de Polícia Militar, Rua Duas, nº 320, bairro Prado, Belo Horizonte/ (sessenta) minutos ao local determinado no item I, "a" alínea para todas as inscrições de 8 h e 10 do mesmo; "b" manter e devido cuidado com os objetos pessoais levados para as provas, considerando que a comissão aplicadora ficará responsável pela guarda dos mesmos; "c" estar em boas condições físicas e utilizando roupas adequadas para a atividade física. II - Esclarecer que: "a" não será fracionamento e acesso de acomodação de estacionamento no local; "b" o candidato deverá portar documento de identidade oficial, assim considerados aqueles previstos no item nº 6.1.8, do Edital nº 12/2012. BH, 20/12/13. Eusébio Alves Franco, Cel. BM DRH.

20.501978-1

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS

RATIFICAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Minas Gerais em Brasília, no valor global de R\$ 11.219,04 (Onze mil, duzentos e dezesseis reais e quatro centavos), por um período de 12 (doze) meses, à conta da Dotação Orçamentária de nº 1111-04 122.731.2040.0001.3590.95.10.10.1. Data da Ratificação: 19/12/2013.

Retifica a publicação efetuada no dia 06/12/2013, página 71, coluna 03, 730 dias, leia-se: "Vigência: 361 dias".

Retifica a publicação efetuada no dia 06/12/2013, página 142, coluna 02, do Extinto de Termo de Dotação nº 061/2013 - Pro-Município, onde se lê: "Partes: EMG/SGOV e o Município de Catas Altas da Noruega, leia-se: "Partes: EMG/SGOV e o Município de Aguiari".

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

Extinto de Termo de Dotação nº 063/2013 - Pro-Município Partes de 1 (um) caminho buscatante. Valor Global: R\$175.000,00 Assina- tura: 20/12/2013.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz - Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Extinto do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação que, entre si celebraram a IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a TERRA DOS PASSAROS PRODUÇÕES LTDA, s/a, objeto: pro- teger a prazo de vigência. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, iniciando em 19 de de- zembro de 2013 e finalizando em 18 de dezembro de 2014. Belo Hor- izonte, 20 de dezembro de 2013. (a) Eugênio Ferraz



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191A/2013
PLANEJAMENTO Nº. 191/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 191 / 2013 268 12013
Aos ~~vinte~~ dias do mês de Dezembro de 2013, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 2º andar, Av. Prefeito Américo Gianetti, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.461.142/0001-70, representada neste ato pelo Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M-1.624.110, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº. 191/2013, que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, publicado no Diário Oficial do dia 18 de Outubro de 2013 e republicado no Diário Oficial do dia 02 de Novembro de 2013 e transcurso o prazo para interposição de recursos, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, por lote, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do edital e as cláusulas deste instrumento.

Lote 01 - Aquisição de Equipamentos para solução de Videoconferência

Fornecedor: A empresa DIGITALNET BRASIL SISTEMAS DE COLABORAÇÃO LTDA estabelecida à Avenida Alice de Moura Braghetto, nº 170, bairro City Ribeirão, CEP 14021-140, Ribeirão Preto, São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.933.907/0001-27, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. Décio Luiz Rigotto, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 005.475.128-48, portador do RG nº. 7.104.581, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.



Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta Ata o Registro de Preço para aquisição de Solução de Videoconferência, para aquisição futura e eventual, conforme descrições, especificações técnicas e demais condições constantes do ANEXO I do edital de licitação que originou o registro, parte integrante e inseparável deste instrumento.

Cláusula Segunda – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - Os quantitativos e os preços registrados ofertados por item do objeto encontram-se relacionados no quadro abaixo:

LOTE 1:		Aquisição de equipamentos para solução de Videoconferência.		
	Descritivo	Quantidade (un.)	Preço com ICMS Unitário (R\$)	Preço com ICMS Total (R\$)
1	Terminal Telefônico IP Marca: Polycom Modelo: VVX1500D + Fonte de alimentação	52	3.300,00	171.600,00
2	Terminal de Telepresença para uso Pessoal Marca: Polycom Modelo: HDX 4500	236	20.063,00	4.734.868,00
3	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte pequeno Marca: Polycom Modelo: HDX 6000-720	48	10.913,00	523.824,00
4	Terminal de Telepresença para salas de conferência de porte médio Marca: Polycom Modelo: HDX 7000-720	203	15.344,00	3.114.832,00
5	Terminal de Telepresença para salas de conferências e auditórios Marca: Polycom Modelo: HDX 8000-720	20	21.612,15	432.243,00
6	Microfone Marca: Polycom Modelo: Microfone de mesa para HDX	65	1.348,20	87.633,00

2.2 - Este instrumento não obriga os órgãos participantes a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais



itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua publicação.

Cláusula Quarta – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1 - Os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços são os relacionados abaixo:

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG – HEMOMINAS
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA – TV MINAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PMMG
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MINAS GERAIS – SECCRI
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS – SEPLAG
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES

4.2 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP, deverão consultar o órgão gerenciador, para que este se manifeste sobre a possibilidade de adesão (anuência do gestor) e verifique a existência de quantitativos disponíveis, indique os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.



4.2.1 - Caberá ao FORNECEDOR da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos aqui registrados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas nesta Ata.

4.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias.

4.2.3 - Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, a cem por cento (100%) do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Cláusula Quinta – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - Os órgãos participantes deste Registro de Preços não estão obrigados a adquirir uma quantidade mínima de equipamentos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

5.2 - Os quantitativos totais expressos na Cláusula Primeira são estimados e representam as previsões dos órgãos participantes para os fornecimentos durante o prazo de 12 (doze) meses.

5.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência na entrega, a Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando ao Fornecedor a perda de interesse no fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5 - Durante todo o período de validade desta Ata, o fornecimento deverá atender às condições especificadas nesta Ata, nas cláusulas do Edital do Pregão Eletrônico nº. 191 e no Anexo I do referido Edital.

Cláusula Sexta – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 - O prazo de entrega, contado a partir do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento, será de **45 (quarenta e cinco) dias para os lotes 1, 2 e 3**, conforme especificado no Anexo I



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

deste Edital de Registro de Preço, para quaisquer quantidades solicitadas por qualquer órgão participante.

6.2 - Todos os produtos especificados no Anexo I do Edital deverão ser entregues dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais em horários preestabelecidos, nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

6.2.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I e seu adendo, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

6.2.2 - Definitivamente, após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, a crédito do fornecedor em um dos bancos credenciados pelo Estado (Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil) e outros indicados por cada órgão participante, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro dos Órgãos Participantes, devidamente atestadas pela comissão de recebimento ou acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2 - O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

7.3 - O pagamento será realizado conforme as regras estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 191/2013.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



8.1 - Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

8.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados;

8.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.1.3 - Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

8.2 - Compete aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

8.2.1 - Emitir Nota de Empenho a crédito do FORNECEDOR no valor correspondente ao fornecimento dos equipamentos;

8.2.2 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da Cláusula Oitava da presente Ata;

8.2.3 - Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as irregularidades ocorridas durante o fornecimento dos equipamentos.

8.3 - Compete ao FORNECEDOR:

8.3.1 - Fornecer durante 12 (doze) meses os equipamentos objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Eletrônico nº.191;

8.3.2 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.3.3 - Entregar os equipamentos com as respectivas licenças de uso nos prazos estipulados na Cláusula Sexta desta Ata, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento;

8.3.4 - Entregar os equipamentos nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 8.3.5 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- 8.3.6 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o ÓRGÃO PARTICIPANTE, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.
- 8.3.7 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);
- 8.3.8 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 8.3.9 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 8.3.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
- 8.3.11 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.
- 8.3.12 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 8.3.13 - Comunicar imediatamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.



8.3.14 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

8.3.15 - Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

Cláusula Nona – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

9.1.1 - Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1.1 - O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2 - O Fornecedor não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.1.3 - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços decorrente do Registro de Preços;

9.1.1.4 - Os preços registrados apresentaram-se superiores aos praticados no mercado;

9.1.1.5 - o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos discriminados no Art. 78 e seus incisos da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.1.1.6 - Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.2 - Pelo FORNECEDOR:

9.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das



penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como de ressarcimento aos órgãos participantes por perdas e danos.

9.1.2.2 - Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

9.2 - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Cláusula Décima – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.1.1 - Advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.1.2 - Multa, observados os seguintes limites:

10.1.2.1 - de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

10.1.2.2 - de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

10.1.2.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

10.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



10.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

10.2 - O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.3 - As sanções previstas nas cláusulas 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas acumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do Art. 79 da Lei nº. 8.666/93, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

10.4.1 - Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto.

10.5 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, aí incluído eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

11.2 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

11.3 - É vedado caucionar ou utilizar contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

11.4 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. 191/2013 e seus anexos, bem como a proposta da empresa DIGITALNET BRASIL SISTEMAS DE COLABORAÇÃO LTDA, apresentadas para a referida licitação.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2013.

Renata Maria Paes Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Décio Luiz Rigotto

DIGITALNET BRASIL SISTEMAS DE COLABORAÇÃO LTDA

Testemunhas:

Gestor do Registro de Preços



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191³/2013
PLANEJAMENTO Nº. 191/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 191 / 2013 268/2013
Aos ²⁶ dias do mês de Dezembro de 2013, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 2º andar, Av. Prefeito Américo Gianetti, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.461.142/0001-70, representada neste ato pelo Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M-1.624.110, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº. 191/2013, que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, publicado no Diário Oficial do dia 18 de Outubro de 2013 e republicado no Diário Oficial do dia 02 de Novembro de 2013 e transcurso o prazo para interposição de recursos, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, por lote, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do edital e as cláusulas deste instrumento.

Lote 02 – Aquisição de Aparelhos de TV – Televisor

Fornecedor: A empresa Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda estabelecida à Avenida Assis Chateaubrinad, 4685 – bloco B, Distrito Industrial na cidade de Campina Grande – PB e CEP: 58.411-450 inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 77.941.490/0195-06, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Eduardo Guimarães Moreno, Brasileiro, solteiro, representante comercial, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 946.421.096-68 , portador(a) do RG nº. M-4.053.087 SSPMG, residente e domiciliado em Juiz de Fora - MG.



Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta Ata o Registro de Preço para aquisição de Solução de Videoconferência, para aquisição futura e eventual, conforme descrições, especificações técnicas e demais condições constantes do ANEXO I do edital de licitação que originou o registro, parte integrante e inseparável deste instrumento.

Cláusula Segunda – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - Os quantitativos e os preços registrados ofertados por item do objeto encontram-se relacionados no quadro abaixo:

LOTE 2:		Aquisição de Aparelhos de TV - Televisor		
Descrição		Quantidade (un.)	Preço com ICMS Unitário (R\$)	Preço com ICMS Total (R\$)
1	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 32 polegadas LED Marca: SAMSUNG Modelo: UN32F4200	855	R\$ 1.273,20	R\$ 1.088.586,00
2	Aparelho de TV (Televisor) com tela de 42 polegadas LED Marca: SONY Modelo: KDL42W655A	446	R\$ 2.376,64	R\$ 1.059.981,44
3	Aparelho de TV (Televisor) com tela de, no mínimo, 52 polegadas LED Marca: SAMSUNG Modelo: UN55F6400	1816	R\$ 5.058,79	R\$ 9.186.762,64

2.2 - Este instrumento não obriga os órgãos participantes a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.



Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua publicação.

Cláusula Quarta – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1 - Os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços são os relacionados abaixo:

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – AGE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG – HEMOMINAS
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA– TV MINAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PMMG
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MINAS GERAIS – SECCRI
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS – SEPLAG
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES

4.2 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP, deverão consultar o órgão gerenciador, para que este se manifeste sobre a possibilidade de adesão (anuência do gestor) e verifique a existência de quantitativos disponíveis, indique os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.2.1 - Caberá ao FORNECEDOR da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos aqui registrados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas nesta Ata.



4.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias.

4.2.3 - Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, a cem por cento (100%) do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Cláusula Quinta – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - Os órgãos participantes deste Registro de Preços não estão obrigados a adquirir uma quantidade mínima de equipamentos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

5.2 - Os quantitativos totais expressos na Cláusula Primeira são estimados e representam as previsões dos órgãos participantes para os fornecimentos durante o prazo de 12 (doze) meses.

5.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência na entrega, a Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando ao Fornecedor a perda de interesse no fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5 - Durante todo o período de validade desta Ata, o fornecimento deverá atender às condições especificadas nesta Ata, nas cláusulas do Edital do Pregão Eletrônico nº. 191 e no Anexo I do referido Edital.

Cláusula Sexta – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 - O prazo de entrega, contado a partir do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento, será de **45 (quarenta e cinco) dias para o lote 2**, conforme especificado no Anexo I deste Edital de Registro de Preço, para quaisquer quantidades solicitadas por qualquer órgão participante.

6.2 - Todos os produtos especificados no Anexo I do Edital deverão ser entregues dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais em



horários preestabelecidos, nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

6.2.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I e seu adendo, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

6.2.2 - Definitivamente, após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, a crédito do fornecedor em um dos bancos credenciados pelo Estado (Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil) e outros indicados por cada órgão participante, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro dos Órgãos Participantes, devidamente atestadas pela comissão de recebimento ou acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2 - O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

7.3 - O pagamento será realizado conforme as regras estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 191/2013.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

8.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem



compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados;

8.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.1.3 - Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

8.2 - Compete aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

8.2.1 - Emitir Nota de Empenho a crédito do FORNECEDOR no valor correspondente ao fornecimento dos equipamentos;

8.2.2 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da Cláusula Oitava da presente Ata;

8.2.3 - Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as irregularidades ocorridas durante o fornecimento dos equipamentos.

8.3 - Compete ao FORNECEDOR:

8.3.1 - Fornecer durante 12 (doze) meses os equipamentos objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Eletrônico nº.191;

8.3.2 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.3.3 - Entregar os equipamentos com as respectivas licenças de uso nos prazos estipulados na Cláusula Sexta desta Ata, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento;

8.3.4 - Entregar os equipamentos nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

8.3.5 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;



8.3.6 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o ÓRGÃO PARTICIPANTE, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.3.7 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);

8.3.8 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.3.9 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

8.3.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

8.3.11 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.3.12 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.3.13 - Comunicar imediatamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

8.3.14 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.



8.3.15 - Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

Cláusula Nona – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

9.1.1 - Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1.1 - O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2 - O Fornecedor não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.1.3 - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços decorrente do Registro de Preços;

9.1.1.4 - Os preços registrados apresentaram-se superiores aos praticados no mercado;

9.1.1.5 - o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos discriminados no Art. 78 e seus incisos da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.1.1.6 - Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.2 - Pelo FORNECEDOR:

9.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como de ressarcimento aos órgãos participantes por perdas e danos.

9.1.2.2 - Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.



9.2 - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Cláusula Décima – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.1.1 - Advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.1.2 - Multa, observados os seguintes limites:

10.1.2.1 - de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

10.1.2.2 - de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

10.1.2.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

10.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o



contratado ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

10.2 - O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.3 - As sanções previstas nas cláusulas 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas acumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do Art. 79 da Lei nº. 8.666/93, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

10.4.1 - Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto.

10.5 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, aí incluído eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

11.2 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

11.3 - É vedado caucionar ou utilizar contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

11.4 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. 191/2013 e seus anexos, bem como a proposta da empresa GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA, apresentada para a referida licitação.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2013.

Renata Maria Paes Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Eduardo Guimarães Moreno

Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda

Testemunhas:

Rodrigo Diniz Lara
Gestor do Registro de Preços
